

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012**

Senhores Acionistas,

A Diretoria da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, às quais se incorporam os pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O desempenho da Infraero em 2012 superou o verificado em 2011. O lucro bruto foi de R\$1.428,9 milhões ante R\$1.090,3 milhões, com aumento de 31%. Depois de excluídas as despesas operacionais e os impostos o lucro líquido antes dos investimentos foi de R\$396,7 milhões, 7% acima do verificado em 2012. Após as deduções das obras e serviços de engenharia realizados nos aeroportos com recursos próprios o lucro do exercício foi de R\$107,7 milhões.

Este resultado foi impactado, principalmente, pelo aumento das receitas decorrentes basicamente do crescimento do movimento operacional, da ampliação das receitas comerciais e dos reajustes tarifários, bem como incorporação de parcela do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero como receita.

O desempenho foi amenizado pelos seguintes eventos não recorrentes que influenciaram o lucro da Empresa em 2012: registro da dívida de passivo atuarial resultante de provisão matemática relativa a serviços passados do Plano de Previdência Privado da Infraero – Plano CV no montante de R\$36,2 milhões; baixa de bens da Infraero transferidos às novas concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, conforme relação constante do Anexo 8 do Contrato de Concessão, no montante de R\$65,3 milhões; indenizações do Programa de Incentivo à Transferência e à Aposentadoria – PDITA no montante de R\$13,3 milhões; perda com equivalência patrimonial de R\$ 90,9 milhões, com base nos resultados apurados até novembro de 2012, das concessionárias dos referidos aeroportos, nas quais a Empresa mantém participação acionária de 49%.

No tocante aos custos dos serviços prestados houve aumento de 10,1% em relação a 2011 em decorrência, principalmente, da ampliação e repactuações dos contratos operacionais e de manutenção nos aeroportos para atender aos normativos vigentes. Com relação às despesas operacionais verificou-se crescimento de 18,4% em função, principalmente, do crescimento dos

gastos com pessoal, da implantação de novas estruturas organizacionais nas diretorias de empreendimentos e jurídica e da contratação de consultoria para mapeamento de processos de engenharia, bem como dos custos com o reconhecimento de dívida de Passivo Atuarial do Plano de Previdência Privado da Infraero.

Pautado em estratégias que se alinham com as do Governo Federal, a execução dos investimentos visou suprir as necessidades impostas pelo aumento da demanda nos aeroportos brasileiros e pela necessidade de manutenção da qualidade, segurança, conforto e eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação.

A metodologia do Plano de Investimentos foi estruturada em programas e ações específicas que visaram o cumprimento de metas e objetivos propostos, de modo a fazer frente à crescente demanda do setor.

Em 2012 a Infraero atingiu recorde de investimentos, com R\$1.694,6 milhões aplicados em obras, terrenos, equipamentos e participações societárias, valor 48% superior ao investido em 2011, sendo R\$885,1 milhões com recursos próprios, dos quais R\$78,3 milhões de aporte de capital, R\$808,9 milhões com recursos do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero e R\$0,6 milhão com recursos de convênios.

O EBITDA Ajustado (resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e equivalência patrimonial) alcançou o montante de R\$925,2 milhões, valor 48% superior ao verificado em 2011, R\$716,7 milhões.

O valor adicionado, que representa a riqueza nova criada pela Infraero, obteve aumento de 11,4%, atingindo a cifra de R\$2.580,6 milhões.

A publicação completa das demonstrações financeiras, incluindo o Relatório da Administração, está contida na edição do Diário Oficial da União de 15 de março de 2013.

A Administração da Infraero agradece aos clientes, usuários, parceiros e comunidade pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos empregados pela dedicação e esforço empreendidos ao longo do ano.

A Administração.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em R\$ mil)

ATIVO	Notas	2012	2011	VAR. %
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.179.243</b>	<b>2.025.862</b>	<b>-41,8%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	270.961	1.306.746	-79,3%
Contas a Receber	6	867.823	757.538	14,6%
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	7	(181.913)	(182.134)	-0,1%
Impostos a Recuperar	8	156.297	56.127	178,5%
Almoxarifados	9	59.778	70.781	-15,5%
Outras Contas		6.297	16.804	-62,5%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.189.317</b>	<b>805.688</b>	<b>47,6%</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>191.405</b>	<b>154.331</b>	<b>24,0%</b>
Contas a Receber	6	334.102	503.698	-33,7%
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	7	(314.852)	(485.899)	-35,2%
Depósitos Judiciais		172.054	136.360	26,2%
Aplicação em Notas do Tesouro		101	172	-41,4%
<b>INVESTIMENTOS</b>	10	<b>365.417</b>	<b>77.454</b>	<b>371,8%</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	11	<b>599.839</b>	<b>540.112</b>	<b>11,1%</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	12	<b>32.656</b>	<b>33.791</b>	<b>-3,4%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.368.560</b>	<b>2.831.550</b>	<b>-16,4%</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>		<b>13.674.635</b>	<b>12.033.760</b>	<b>13,6%</b>
Almoxarifados da União	9	1.721	2.520	-31,7%
Bens da União	22a	10.840.378	10.257.353	5,7%
Garantias Cauionárias de Terceiros	22b	2.832.536	1.773.887	59,7%
<b>TOTAL DO ATIVO APÓS COMPENSADO</b>		<b>16.043.195</b>	<b>14.865.310</b>	<b>7,9%</b>
PASSIVO	Notas	2012	2011	VAR. %
<b>CIRCULANTE</b>		<b>849.209</b>	<b>1.445.713</b>	<b>-41,3%</b>
Recursos de Terceiros		69.455	763.948	-90,9%
Vinculados a Investimentos	13	66.765	733.471	-90,9%
Comando da Aeronáutica	14	2.690	22.153	-87,9%
Tesouro Nacional	15	0	8.324	-100,0%
Fornecedores de Bens e Serviços		435.714	337.906	28,9%
Encargos Trabalhistas		150.021	139.464	7,6%
Tributos a Recolher	16	119.479	129.121	-7,5%
Previdência Complementar - Infraprev	17a	16.720	11.382	46,9%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	18	25.590	37.250	-31,3%
Participação nos Lucros	17b	6.698	9.329	-28,2%
Cauções de Terceiros em Espécie		18.162	10.215	77,8%
Outras Obrigações		7.370	7.098	3,8%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>437.310</b>	<b>252.600</b>	<b>73,1%</b>
Provisões Trabalhistas e Cíveis	19	209.522	196.725	6,5%
Perdas em Sentenças Judiciais	20	62.606	55.875	12,0%
Previdência Complementar - Infraprev	17a	31.657	0	100,0%
Benefício Pós-Emprego	17e	133.353	0	100,0%
Participação nos Lucros	17b	172	0	100,0%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.082.041</b>	<b>1.133.237</b>	<b>-4,5%</b>
Capital Social	21a	1.009.336	1.009.336	0,0%
Reservas de Lucros	21b	206.058	123.901	66,3%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	21c	(133.353)	0	100,0%
Lucros e Prejuízos acumulados		0	0	0,0%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.368.560</b>	<b>2.831.550</b>	<b>-16,4%</b>
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>		<b>13.674.635</b>	<b>12.033.760</b>	<b>13,6%</b>
Almoxarifados da União	9	1.721	2.520	-31,7%
Bens da União	22a	10.840.378	10.257.353	5,7%
Garantias Cauionárias de Terceiros	22b	2.832.536	1.773.887	59,7%
<b>TOTAL DO PASSIVO APÓS COMPENSADO</b>		<b>16.043.195</b>	<b>14.865.310</b>	<b>7,9%</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Notas	2012	2011	VAR. %
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	<b>4.116.116</b>	<b>3.531.222</b>	<b>16,6%</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(2.687.168)</b>	<b>(2.440.836)</b>	<b>10,1%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>1.428.948</b>	<b>1.090.386</b>	<b>31,0%</b>
<b>Margem Bruta</b>		<b>32,7%</b>	<b>28,95%</b>	<b>13,1%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(851.627)</b>	<b>(718.990)</b>	<b>18,4%</b>
Planejamento e Orientação Técnico-Operacional		(263.436)	(207.259)	27,1%
Administrativas		(526.883)	(460.435)	14,4%
Comerciais		(61.308)	(51.296)	19,5%
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>16.894</b>	<b>3.094</b>	<b>446,1%</b>
Receitas Financeiras		124.313	131.990	-5,8%
Despesas Financeiras		(38.754)	(50.787)	-23,7%
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		(54.985)	(35.709)	54,0%
Provisão para Prováveis Perdas Trabalhistas e Cíveis		(10.929)	(37.909)	-71,2%
Perdas em Sentenças Judiciais		(31.509)	(19.003)	65,8%
Anulação de Receitas/Despesas de Exercícios Anteriores		(5.481)	(23.313)	-76,5%
Receitas Eventuais		13.544	20.141	-32,8%
Recuperação de Despesa		20.694	17.684	17,0%
<b>LUCRO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>594.214</b>	<b>374.490</b>	<b>58,7%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS</b>		<b>(62.123)</b>	<b>(1.409)</b>	<b>4309,9%</b>
<b>PDITA / PDVI</b>	17c/d	<b>(13.280)</b>	<b>(2.112)</b>	<b>528,9%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes dos Impostos, Reversão de JCP e Resultado de MEP)</b>		<b>518.811</b>	<b>370.969</b>	<b>39,9%</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM COLIGADAS</b>	10	<b>(90.875)</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	23	<b>(56.787)</b>	<b>(37.451)</b>	<b>51,6%</b>
<b>REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>25.590</b>	<b>37.250</b>	<b>-31,3%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes dos investimentos para União)</b>		<b>396.738</b>	<b>370.768</b>	<b>7,0%</b>
<b>Margem Líquida</b>		<b>9,6%</b>	<b>10,50%</b>	<b>-8,2%</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO</b>	29	<b>(282.163)</b>	<b>(213.928)</b>	<b>31,9%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes da Participação nos Lucros)</b>		<b>114.575</b>	<b>156.840</b>	<b>-26,9%</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS</b>	17b	<b>(6.829)</b>	<b>(9.312)</b>	<b>-26,7%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>107.746</b>	<b>147.528</b>	<b>-27,0%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL - Em R\$</b>		<b>14,69</b>	<b>20,12</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	NOTA	CAPITAL	RESERVA DE LUCRO			LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	RETENÇÃO DE LUCROS			
<b>EXERCÍCIO DE 2011</b>								
<b>Saldos em 31/12/2010</b>		<b>973.587</b>	<b>10.273</b>	<b>3.350</b>	<b>57.479</b>	<b>0</b>		<b>1.044.689</b>
<b>Capitalização A.G.E. de 29/04/2011</b>		35.749			(35.749)			<b>0</b>
<b>Deliberação conforme A.G.O. de 29/04/2011</b>					(21.730)	21.730		<b>0</b>
Reversão da Reserva de Retenção de Lucros Compl. de JCP do exercício de 2010						(21.730)		<b>(21.730)</b>
<b>Resultado Abrangente Total Lucro do Exercício</b>						147.528		<b>0</b>
<b>Destinações:</b>								
- Reserva Legal			7.376			(7.376)		<b>0</b>
- Juros sobre Capital Próprio - JCP						(37.250)		<b>(37.250)</b>
- Retenção de Lucros					102.902	(102.902)		<b>0</b>
<b>Saldos em 31/12/2011</b>		<b>1.009.336</b>	<b>17.649</b>	<b>3.350</b>	<b>102.902</b>	<b>0</b>		<b>1.133.237</b>
		<b>1.009.336</b>		<b>123.901</b>		<b>0</b>		<b>1.133.237</b>
<b>EXERCÍCIO DE 2012</b>								
<b>Saldos em 31/12/2011</b>		<b>1.009.336</b>	<b>17.649</b>	<b>3.350</b>	<b>102.902</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>1.133.237</b>
<b>Deliberação conforme A.G.O. de 20/04/2012</b>								<b>0</b>
Reversão da Reserva de Retenção de Lucros								<b>0</b>
<b>Resultado Abrangente Total Lucro do Exercício</b>						107.746		<b>(133.353)</b>
Ajuste Benefício Pós-Emprego							(133.353)	<b>(133.353)</b>
<b>Destinações:</b>								
- Reserva Legal	21b2		5.387			(5.387)		<b>0</b>
- Juros sobre Capital Próprio - JCP	18					(25.590)		<b>(25.590)</b>
- Retenção de Lucros	21b3				76.769	(76.769)		<b>0</b>
<b>Saldos em 31/12/2012</b>		<b>1.009.336</b>	<b>23.036</b>	<b>3.350</b>	<b>179.671</b>	<b>0</b>	<b>(133.353)</b>	<b>1.082.041</b>
		<b>1.009.336</b>		<b>206.058</b>		<b>0</b>	<b>(133.353)</b>	<b>1.082.041</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (Em R\$ mil)**

DESCRIÇÃO	2012	2011	VAR. %
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>a) Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>649.542</b>	<b>459.477</b>	<b>41,4%</b>
Lucro Líquido Antes dos Investimentos para União	389.910	361.455	7,9%
Depreciação e Amortização	102.236	94.571	8,1%
Valor Residual do Imobilizado Baixado	65.338	2.366	2661,4%
Resultado de Participações Societárias em Coligadas	90.875	0	100,0%
Juros sobre Capital Próprio	1.183	1.085	9,1%
<b>b) (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo</b>	<b>(226.240)</b>	<b>(167.558)</b>	<b>35,0%</b>
Contas a Receber de Clientes	59.311	(170.678)	-134,8%
Almoxarifados	11.003	(13.901)	-179,1%
Outras Contas a Receber	(89.591)	6.593	-1458,9%
Depósitos Judiciais	(35.695)	(25.280)	41,2%
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(171.268)	35.709	-579,6%
<b>c) Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo</b>	<b>163.465</b>	<b>176.036</b>	<b>-7,1%</b>
Fornecedores	97.808	77.539	26,1%
Obrigações Tributárias	(9.643)	28.114	-134,3%
Obrigações Sociais	10.557	19.729	-46,5%
Outras Contas a Pagar	8.219	10.276	-20,0%
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	12.797	30.227	-57,7%
Sentenças Judiciais - Perdas	6.731	8.806	-23,6%
Previdência Complementar - Infraprev	36.996	1.344	2651,8%
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>586.767</b>	<b>467.955</b>	<b>25,4%</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Investimentos	(378.838)	(28.917)	1210,1%
Aquisição de Imobilizados	(212.720)	(194.976)	9,1%
Aquisições de Intangíveis	(13.446)	(18.437)	-27,1%
Receitas Ataero	91.942	546.691	-83,2%
Investimentos Ataero	(795.125)	(683.655)	16,3%
Variação Recursos de Terceiros	8.690	8.094	7,4%
Obras em Bens da União	(282.163)	(213.928)	31,9%
<b>Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(1.581.660)</b>	<b>(585.128)</b>	<b>170,3%</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(38.433)	(30.058)	27,9%
Participação nos Lucros	(2.459)	0	100,0%
<b>Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(40.891)</b>	<b>(30.058)</b>	<b>36,0%</b>
<b>Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(1.035.785)</b>	<b>(147.230)</b>	<b>603,5%</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes Caixa</b>	<b>1.306.746</b>	<b>1.453.976</b>	<b>-10,1%</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes Caixa</b>	<b>270.961</b>	<b>1.306.746</b>	<b>-79,3%</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em R\$ mil)**

DESCRIÇÃO	2012	2011	VAR. %
<b>Receitas</b>	<b>4.354.831</b>	<b>3.766.274</b>	<b>15,6%</b>
- Receitas Operacionais	4.365.363	3.757.104	16,2%
- Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.985)	(35.709)	54,0%
- Eventuais, Canc. e Outras Operacionais	44.453	44.878	-0,9%
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(1.613.603)</b>	<b>(1.416.766)</b>	<b>13,9%</b>
- Desp. c/ Mat., Energia e Serv. Terceiros	(1.535.784)	(1.384.992)	10,9%
- Outras Desp. Operacionais e Canc. Rec.	(77.819)	(31.774)	144,9%
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>2.741.228</b>	<b>2.349.507</b>	<b>16,7%</b>
<b>Retenções</b>	<b>(144.674)</b>	<b>(151.483)</b>	<b>-4,5%</b>
- Depreciação / Amortização	(102.236)	(94.571)	8,1%
- Contingências Trabalhistas/Cíveis	(10.929)	(37.909)	-71,2%
- Perdas em Sentenças Judiciais	(31.509)	(19.003)	65,8%
<b>Valor Adicionado Líquido</b>	<b>2.596.554</b>	<b>2.198.025</b>	<b>18,1%</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>33.438</b>	<b>131.990</b>	<b>-74,7%</b>
- Receitas Financeiras	124.313	131.990	-5,8%
- Resultado de Participações Societárias em Coligadas	(90.875)	0	100,0%
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>2.629.992</b>	<b>2.330.014</b>	<b>12,9%</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>2.629.992</b>	<b>2.330.014</b>	<b>12,9%</b>
- Pessoal e Encargos	1.870.997	1.668.534	12,1%
- PDITA / PDVI	13.280	2.112	528,9%
- Participação nos Lucros	6.829	9.312	-26,7%
- Juros s/Capital Próprio da União	25.590	37.250	-31,3%
- Obras em Bens da União	282.163	213.928	31,9%
- Tributos	335.813	275.062	22,1%
- Despesas Financeiras	13.164	13.538	-2,8%
- Recursos para Novos Investimentos	82.157	110.279	-25,5%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2012 E 2011**
**Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional**

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero é uma empresa pública instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR. A Infraero tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins que lhe forem conferidas pela SAC-PR.

Atualmente, administra 63 aeroportos, dos quais 37 são dotados de órgãos de navegação aérea operados pela Empresa, 24 Grupos de Navegação Aérea – GNA e 38 Unidades Técnicas de Aeronavegação – UTA, além de 31 terminais de logística de carga.

Opera, também, cinco (5) Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA pertencentes a terceiros, mediante convênio ou contrato e tornou-se acionista dos três (3) aeroportos concedidos pelo Governo Federal, Brasília, Guarulhos e Viracopos, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com 49% do capital social de cada um. Nesta proporção, participa da governança dos aeroportos concedidos com poder de decisão em temas relevantes, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes. Esses três aeroportos operam cerca de 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro. Ressaltando-se que continuará responsável pela operação de navegação aérea em Guarulhos e Viracopos.

O modelo de regulação das tarifas aeroportuárias e o reajuste anual utilizando-se do índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, deflacionado por um Fator-X de produtividade esperada do setor, foi estipulado pela ANAC, agência reguladora da aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, quando da publicação da Resolução nº 180 em 25 de janeiro de 2011. Com a aplicação do Fator-X em 2012, as tarifas aeroportuárias sofreram um reajuste de 4,4%.

O ano de 2012 foi o ano dos investimentos em modernização, adequação e expansão da infraestrutura aeroportuária brasileira. No que se refere aos investimentos realizados com recursos próprios em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização de instalações aeroportuárias, a Empresa efetuou tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado, embora seja claro que os mesmos mantêm a capacidade de geração de resultados futuros. Além disso, não existe termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede.

Os recursos provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero, destinam-se à aplicação em melhoramentos, reaparelhamento, reforma, expansão e depreciação de instalações aeroportuárias. Criado pela Lei nº 7.920, de 12/12/1989, sofreu alteração em 17/5/2012 com a publicação da Lei nº 12.648, passando a constituir receita do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Sendo assim, em 2012, todo o valor arrecadado pela Infraero relativo ao Ataero, foi repassado para o FNAC. Já o recurso remanescente, antes da alteração da Lei, foi investido em sua totalidade. Ressalta-se que tais recursos não compõem o resultado da Empresa, sendo registrados no passivo, como obrigação.

Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

**Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Foi evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL mais uma linha que trata sobre o resultado abrangente conforme apresenta o item 106, alínea “a” do CPC 26.

A estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE foi alterada para alinhar a forma de evidenciação da demonstração de acordo com o previsto no CPC 26. Foram suprimidas as linhas da Receita Operacional Bruta com seu detalhamento e as deduções dos impostos Pasp e Cofins, para atender ao item 8 do CPC 30, que dispõe sobre a forma da divulgação da receita, no qual devem ser excluídos da mesma os eventos que não ocasionaram benefícios econômicos que tiveram origem nas próprias atividades da Empresa.

**Nota 3 – Principais Práticas Contábeis**

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

- Apuração do Resultado**  
O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.
- Moeda Funcional**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Infraero.
- Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante**  
Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.
- Caixa e Equivalentes de Caixa ou Disponibilidades e Aplicações Financeiras**  
São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa, os numerários em espécie, os depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos seus valores líquidos.
- Contas a Receber**  
As contas a receber são avaliadas pelo custo menos as perdas estimadas, ou seja, pelo produto final em dinheiro ou equivalente que se espera obter. São constituídas estimativas de perda para a cobertura de valores incertos do recebimento que compõem a conta redutora de contas a receber com base no Art. 9º da Lei nº 9.430/96, conforme quadro a seguir:

TIPO DE CRÉDITO	VALOR POR OPERAÇÃO	VENCIMENTO	PROCEDIMENTO JUDICIAL PARA RECEBIMENTO
Sem garantia	até R\$ 5.000	mais de 6 meses	Independente
	acima de R\$ 5.000 até R\$ 30.000	mais de um ano	Independente
Com garantia	superior a R\$ 30.000	mais de um ano	Iniciado e mantido
	qualquer valor	mais de dois anos	Iniciado e mantido

Ainda podem ser registrados como perdas, créditos contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária.

- Almoxarifado**  
Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. Por valor realizável líquido entende-se o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

- Investimentos**  
Os investimentos avaliados pelo método de custo estão corrigidos monetariamente até 31/12/1995, ajustados ao seu valor recuperável quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou rendimentos. Já o investimento permanente de companhia aberta em coligadas, suas equiparadas e em controladas, localizadas no país e no exterior, deve ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial – MEP, observadas as disposições do artigo 248 da Lei nº 6.404/76 e do Pronunciamento Técnico CPC 18.

Equivalência patrimonial corresponde ao valor do investimento determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada, sua equiparada e controlada, retirando as parcelas dos lucros não realizados, conforme cálculo a seguir:

Patrimônio Líquido da Investida
(-) Lucro-não-realizado
(=) Patrimônio Líquido Ajustado
(x) Percentual de Participação
(=) Valor Atual do Investimento
(-) Valor do Investimento Registrado
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial

- Imobilizado**  
Demonstrado ao custo de aquisição, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado. A depreciação foi calculada pelo método linear, e as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens.

- Intangível**  
Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo e podem ter vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida a partir de 1/1/2009 não são mais amortizados. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada e são submetidos ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que podem estar desvalorizados.

- Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)**  
O imobilizado e outros ativos não circulantes, quando julgados necessários, são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “impairment” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. A perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o menor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

- Perdas em Sentenças Judiciais**  
As perdas em sentenças judiciais são constituídas pelas ações judiciais transitadas em julgado em fase de execução.

- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**  
O Imposto de Renda sobre o Lucro Real e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados anualmente pelas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

- Estimativa**  
Na elaboração das demonstrações financeiras da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**  
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Infraero, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

- Nota 4 – Informações para Efeito de Comparabilidade**  
Em 2012 foram adotadas algumas mudanças na apresentação das demonstrações financeiras.

Dessa forma, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2011, visando facilitar a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31/12/2012.

- Demonstração do Resultado do Exercício**  
(i) Na Demonstração do Resultado do Exercício foi realizado o DE-PARA na demonstração de 2011 para abertura do PDITA/PDVI – Programas de Desligamento, conforme a seguir:

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Notas	2011	2011 Ajustado	Diferença
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	<b>3.531.222</b>	<b>3.531.222</b>	<b>0</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(2.442.933)</b>	<b>(2.440.836)</b>	<b>(2.097)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>1.088.289</b>	<b>1.090.386</b>	<b>2.097</b>

<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(719.005)</b>	<b>(718.991)</b>	<b>(15)</b>
Planejamento e Orientação Técnico-Operacional		(207.272)	(207.259)	13
Administrativas		(460.437)	(460.435)	2
Comerciais		(51.296)	(51.296)	0

<b>LUCRO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>372.378</b>	<b>374.490</b>	<b>2.112</b>
---------------------------------------	--	----------------	----------------	--------------

<b>PDITA / PDVI</b>		<b>0</b>	<b>(2.112)</b>	<b>(2.112)</b>
---------------------	--	----------	----------------	----------------

- Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto**  
(i) Alteração da nomenclatura da Demonstração dos Fluxos de Caixa para Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto – DFC.

- Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto**  
(ii) No Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi realizado o DE-PARA abaixo em decorrência desses grupos de contas serem controlados por contas contábeis do Ativo e Passivo:

- DE:**  
**a) Resultado Líquido Ajustado**  
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa  
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis  
Sentenças Judiciais - Perdas

- PARA:**  
**b) (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo**  
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

- c) Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo**  
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis  
Sentenças Judiciais - Perdas  
(iii) Foi criado o grupo de contas da Previdência Complementar – Infraprev de 31/12/2011, visando facilitar a comparabilidade com a demonstração financeira anual de 31/12/2012, conforme a seguir:

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2011	2011 Ajustado	Diferença
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>c) Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo</b>	<b>176.036</b>	<b>176.036</b>	<b>0</b>
Fornecedores	77.539	77.539	0
Obrigações Tributárias	28.114	28.114	0
Obrigações Sociais	21.073	19.729	(1.344)
Outras Contas a Pagar	10.276	10.276	0
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	30.227	30.227	0
Sentenças Judiciais - Perdas	8.806	8.806	0
Previdência Complementar - Infraprev	0	1.344	1.344

- Demonstração do Valor Adicionado**  
(i) Foi ajustada a conta de “Despesas Financeiras” para o grupo “Distribuição do Valor Adicionado”:

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2011	2011 Ajustado	Diferença
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(45.312)</b>	<b>(31.774)</b>	<b>(13.538)</b>
- Outras Desp. Operacionais e Canc. Rec.	(45.312)	(31.774)	(13.538)

<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>0</b>	<b>13.538</b>	<b>13.538</b>
- Despesas Financeiras	0	13.538	13.538

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

(i) A partir de 31/12/2012, foram adotadas algumas mudanças na apresentação da Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa. Foram separados os Numerários em Trânsito do Banco, o Convênio com o Ministério do Turismo do FAE (Fundo Extramercado), bem como a transferência do Saldo do Banco Nossa Caixa S/A Poupança TCCA – SP para o Banco do Brasil S/A Poupança TCCA – SP, em virtude do Banco do Brasil S/A ter comprado o Banco Nossa Caixa S/A.  
(ii) Dessa forma, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2011, visando facilitar a comparabilidade com a demonstração financeira anual de 31/12/2012:

	(Em R\$ mil)		
	2011	2011 Ajustado	Diferença
Caixa, Banco e Numerários em Trânsito	2.261	2.261	0
Caixa e Fundo Fixo	481	481	0
Numerários em Trânsito	0	357	357
Banco	1.780	1.423	(357)
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.304.485	1.304.485	0
Banco do Brasil S/A Extramercado Exclusivo - FAE	1.289.023	1.255.998	(33.025)
Banco do Brasil S/A Extramercado Exclusivo - Conv. MTUR	0	33.025	33.025
Banco do Brasil S/A Extramercado - Conv. Est. Bahia	1.620	1.620	0
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - RJ	1.502	1.502	0
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - Florianópolis	1.603	1.603	0
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - SP	5.183	10.737	5.554
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - Vitória	0	0	0
Banco Nossa Caixa S/A Poupança TCCA - SP	5.554	0	(5.554)
<b>TOTAL</b>	<b>1.306.746</b>	<b>1.306.746</b>	<b>0</b>

**Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
Caixa, Banco e Numerários em Trânsito	2.956	2.261
Caixa e Fundo Fixo	371	481
Numerários em Trânsito	37	357
Banco	2.548	1.423
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	268.005	1.304.485
Banco do Brasil S/A Extramercado Exclusivo - FAE	217.651	1.255.998
Banco do Brasil S/A Extramercado Exclusivo - Conv. MTUR	35.409	33.025
Banco do Brasil S/A Extramercado - Conv. Est. Bahia	1.737	1.620
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - RJ	0	1.502
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - Florianópolis	864	1.603
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - SP	11.261	10.737
Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - Vitória	44	0
Infraepar	1.039	0
<b>TOTAL</b>	<b>270.961</b>	<b>1.306.746</b>

A Infraero, em 2012, apresentou disponibilidade de R\$ 270.961 mil. Por ser Empresa Pública realiza as aplicações por intermédio do Banco do Brasil S/A, conforme estabelece a Resolução nº 3.284, de 25/5/2005, alterada pela Resolução nº 4.034 de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado.

A Infraero não possui aplicação em mercados derivativos e todas as aplicações financeiras são de liquidez imediata.

Foram realizadas aplicações em conta poupança em nome da própria Infraero para atender aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA assinados com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Secretária do Meio Ambiente de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com a Secretária do Meio Ambiente do estado do Espírito Santo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender ao licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o Art. 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000.

**Nota 6 – Contas a Receber**

Em 31/12/2012, o saldo do grupo Contas a Receber da Infraero apresentava a seguinte composição:

	(Em R\$ mil)					
	2012		Total	2011		Total
	Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo	
Vencidas	427.014	20	427.034	468.685	46	468.731
a) Faturamento Corrente - Diversos	298.199	0	298.199	343.846	0	343.846
b) Acordos Administrativos - Diversos	844	20	864	179	46	225
c) Faturas pendentes de liquidação aguardando confirmação de créditos Vasp	127.971	0	127.971	124.660	0	124.660
	0	0	0	0	0	0
Vencidas	440.809	334.082	774.891	288.853	503.652	792.505
a) Cobrança Administrativa	320.328	385	320.713	182.367	0	182.367
b) Cobrança suspensa por Liminar, já revogada - VARIG (extra-concursal)	120.481	0	120.481	106.486	0	106.486
c) Encaminhada à Procuradoria Jurídica	0	285.196	285.196	0	280.885	280.885
Varig - dívida securitizada (Proc. Rec. Judicial)	0	144.260	144.260	0	139.971	139.971
Vasp - dívida securitizada (Proc. Rec. Judicial)	0	140.936	140.936	0	140.914	140.914
d) Cobrança Judicial	0	48.501	48.501	0	222.767	222.767
Varig - ação monitoria	0	0	0	0	95.306	95.306
Vasp - ação ordinária (tarifa de embarque)	0	0	0	0	14.612	14.612
Vasp - ação monitoria (receitas comerciais)	0	3713	3713	0	29.252	29.252
Vasp - cheques devolvidos	0	0	0	0	452	452
Transbrasil	0	0	0	0	7.712	7.712
Laselva	0	4.789	4.789	0	21.823	21.823
Associação Aeroviários Guarulhos	0	7.547	7.547	0	9.392	9.392
Aeroperu	0	0	0	0	6.519	6.519
Ações Judiciais - Diversos	0	0	0	0	0	0
Diversos - Ações Ordinárias de Cobrança	0	32.452	32.452	0	37.699	37.699
<b>TOTAL</b>	<b>867.823</b>	<b>334.102</b>	<b>1.201.925</b>	<b>757.538</b>	<b>503.698</b>	<b>1.261.236</b>

Conforme sugerido na Decisão nº 951/99 – Plenário e no Acórdão nº 3.168/06 – TCU – 2ª Câmara, do Tribunal de Contas da União – TCU, seguem os esclarecimentos adicionais:

- a) VARIG  
Em 2012, não houve alteração na situação das empresas Varig, Rio Sul e Nordeste que estavam em processo de recuperação judicial desde o ano de 2005 (Processo nº 2005.001.072887-7). A dívida do Grupo Varig (operacional e comercial) está sendo cobrada mediante ações judiciais, com pedidos de reservas de créditos. A dívida securitizada encontra-se habilitada. Em 2010, o Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, acolhendo pedido do Administrador de autofalência, decretou a falência das empresas S/A – Viação Aérea Rio-Grandense, Rio Sul Linhas Aéreas S/A e Nordeste Linhas Aéreas S/A e determinou o aproveitamento do quadro de credores da recuperação judicial. A decisão da falência foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O processo de falência apresenta tramitação normal, em fase de nomeação de perito para proceder à avaliação dos bens da massa falida.
- b) VASP  
Permaneceu também inalterada a situação da Viação Aérea São Paulo S/A – Vasp em 2012. O Processo de Recuperação Judicial nº 583.00.2005.070715-0, em curso na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Capital do Estado de São Paulo, foi convolado em falência em 4/9/2008. Os créditos da Infraero decorrentes de concessões de uso de áreas, tarifas aeroportuárias e dívida securitizada estão sendo cobrados por meio de ações judiciais (Ação de Execução nº 98.0030423-1; Ação Monitoria nº 98.039643-8; Ação Ordinária de Cobrança nº 2004.61.00.034191-0; Ação de Execução nº 2005.61.00.011117-9). Existem decisões favoráveis à Infraero e houve pedidos de reserva de créditos nos autos do processo da falência.
- c) TRANSBRASIL  
A dívida da Transbrasil Linhas Aéreas S/A continuou sem perspectiva de recebimento em 2012. Aquela empresa teve sua falência decretada no ano de 2002 pelo Juízo da 19ª Vara Cível do Foro Central da Capital de São Paulo (Processo nº 583.00.2001.079104-3). A Infraero promove, perante o poder judiciário, ações judiciais com vistas ao recebimento de seus créditos decorrentes de contratos de concessão de uso de área e retomada das áreas ocupadas nos aeroportos (Processos nºs 2002.34.00.006935-3, 2002.34.00.011007-0 e 2002.34.00.013223-7), bem como visando ao recebimento de créditos de tarifas aeroportuárias (Ações de Execução nº 2002.34.00.022948-1 e 2002.61.00.009677-3; Ação Ordinária nº 2002.61.00.009675-0). Já existem decisões favoráveis à Infraero. A reserva dos créditos cobrados foi requerida junto ao processo falimentar. Os créditos das execuções já foram habilitados.
- d) BRA  
A situação em 2012 permaneceu inalterada. A BRA Transportes Aéreos S/A encontra-se em processo de recuperação judicial nº 583.00.2007.255180-0, perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo. Os créditos da Infraero foram habilitados. O plano de recuperação apresentado pela BRA foi aprovado pela assembleia dos credores em 29/8/2008. O processo encontra-se em andamento sem o pagamento a qualquer credor até o momento.
- e) LASELVA  
Foi celebrado um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento no dia 27 de junho de 2012, entre a Infraero e a referida empresa, para a quitação dos débitos referentes aos contratos dispostos do Termo de Confissão de Dívida.
- f) Registre-se a existência de outras ações judiciais que versam sobre a cobrança de débitos pela utilização de áreas cedidas e de tarifas aeroportuárias e de navegação aérea, devidas por concessionários e companhias aéreas, cujos processos encontram-se em curso perante o Poder Judiciário, havendo algumas ações sem decisão judicial e outras com decisão de mérito em primeira instância favorável à Infraero, em grau de recurso.
- g) O processo referente ao valor a receber no montante de R\$ 14.207 mil, relativo a pagamentos correspondentes à obra contratada pelo TC nº 102-EG/98/0010, no Aeroporto Internacional de Fortaleza – Pinto Martins (CE), nos exercícios de 2001 e 2002, aguarda julgamento do TRF-1. A Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas movida pela Infraero, em curso na 20ª Vara Federal do Distrito Federal (Processo nº 2003.34.00.043421-4), na qual foi proferida sentença, em 7/10/2009, homologando o laudo pericial realizado judicialmente, encontra-se no aguardo de julgamento de apelação interposta pela Infraero. A Tomada de Contas Especial instaurada no Tribunal de Contas da União (Processo nº 015.546/2004-6) encontra-se sobrestada por decisão daquela Corte de contas.
- h) Constam valores a receber das Concessionárias, a título de reembolso, pelos custos e encargos trabalhistas e previdenciários relacionados aos empregados alocados no Aeroporto que continuam na condição de contratados da Infraero, conforme cláusula 2.22.3 do Contrato de Concessão dos Aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

	(Em R\$ mil)	
	Empregados Cedidos	Valores
Brasília	206	3.233
Campinas	527	5.667
Guarulhos	1.059	11.187
<b>Total</b>	<b>1.792</b>	<b>20.087</b>

Ainda, em face das concessões desses Aeroportos, foram repassados os estoques de materiais de consumo, valorados pelo método da média ponderada.

	(Em R\$ mil)	
	Estoques - Materiais de consumo	
Brasília	3.008	
Campinas	4.499	
Guarulhos	1.315	
<b>Total</b>	<b>8.822</b>	

**Nota 7 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão de R\$ 181.913 mil no curto prazo e R\$ 314.852 mil no longo prazo foi constituída para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei nº 9.430/96 e a conjuntura econômica.

	(Em R\$ mil)			
	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VASP	80.831	144.567	81.934	185.240
VARIG	73.642	144.261	74.950	234.859
TRANSBRASIL	0	4.571	0	7.464
LASELVA	320	2.512	0	19.118
DEMAIS	27.120	18.941	25.250	39.218
<b>TOTAL</b>	<b>181.913</b>	<b>314.852</b>	<b>182.134</b>	<b>485.899</b>

A movimentação ocorrida nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, em 2012, foi de R\$ 221 mil no curto prazo e de R\$ 171.047 mil no longo prazo. As baixas ocorrem quando o sistema reconhece os recebimentos dos boletos ou o seu cancelamento.

	(Em R\$ mil)				
	Saldo Inicial 31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Saldo Final 31/12/2012
Curto Prazo	182.134	3.258	(3.479)	0	181.913
Longo Prazo	485.899	34.235	3.479	(208.761)	314.852
<b>TOTAL</b>	<b>668.033</b>	<b>37.493</b>	<b>0</b>	<b>(208.761)</b>	<b>496.765</b>

**Nota 8 – Impostos a Recuperar**

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R\$ 156.297 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros.

	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
Impostos e Contribuições a Recuperar		
Impostos e Contribuições Federais – Lei nº 9.430/96	29.768	22.699
Saldo Negativo do IRPJ	80.064	25.311
Saldo Negativo da CSLL	26.204	4.846
IRPJ pago por Estimativa	0	0
CSLL pago por Estimativa	0	0
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	1.269	1.269
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	654	623
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	606	575
IPMF – Imposto sobre Movimentação Financeira	0	0
PASEP – Progr. de Integ. Social e de Formação do Patr. do Servidor Público	280	280
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	399	67
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	5	5
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações	0	0
PASEP a Recuperar – Lei nº 10.637/02	4.955	452
COFINS a Recuperar – Lei nº 10.637/02	12.093	0
<b>TOTAL</b>	<b>156.297</b>	<b>56.127</b>

**Nota 9 – Almoxarifado**

	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
Estoque Infraero	57.046	69.135
Importações em Andamento	1.690	1.092
Faturas a Apropriar	(80)	168
Materiais em Trânsito Infraero	1.123	386
Infraero	59.778	70.781
Estoque União	1.718	2.517
Materiais em Trânsito União	3	3
União	1.721	2.520
<b>TOTAL</b>	<b>61.499</b>	<b>73.301</b>

A Infraero possui 27 almoxarifados, que estão localizados nas principais capitais do Brasil com a finalidade de minimizar os custos com logística. O critério de valoração dos estoques utilizado pela Infraero é o custo médio ponderado, sendo observado que, em 2012, não houve necessidade de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido. Não houve valores registrados em outras contas do ativo e materiais obsoletos e/ou inservíveis, pois são realizados inventários periódicos em conjunto com as áreas técnicas, visando à identificação de tais materiais.

Em 2012, o Almoxarifado era composto por:

	(Em R\$ mil)	
	Infraero	União
Materiais para Manutenção	39.956	1650
Uniformes e Acessórios	9.236	0
Expedientes e Embalagens	3.276	0
Peças e Acessórios para Veículos	2.092	43
Sinalização, Segurança e Proteção	684	0
Cine, Foto, Vídeo e Som	843	3
Diversos	959	22
<b>TOTAL</b>	<b>57.046</b>	<b>1.718</b>

Tendo em vista a concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Campinas, foi realizado o repasse dos materiais de consumo necessários para o andamento das Atividades dos Aeroportos no montante de R\$ 8.822 mil sendo R\$ 4.499 mil de Guarulhos, R\$ 3.008 mil de Brasília e R\$ 1.315 de Campinas.

**Nota 10 – Investimentos**

Os investimentos, no valor líquido de R\$ 365.417 mil, correspondem, aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização. Foram adquiridos, em 2011, terrenos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte - Pampulha no valor de R\$ 70.503 mil, que até a conclusão do Plano Diretor do aeroporto, ficará registrado neste grupo na conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
Ações e Incentivos Fiscais	26.575	26.575
Obras de Arte	1.527	1.556
Participações em Fundos	397	397
Participações SPE - Campinas	155.351	0
Participações SPE - Brasília	50.384	0
Participações SPE - Guarulhos	173.132	0
Perdas com Equivalência Patrimonial	(90.875)	0
Imobilizado Não Destinado a Uso	70.503	70.503
Total dos Investimentos	386.994	99.031
( - ) Provisão para Perdas	(21.577)	(21.577)
<b>TOTAL</b>	<b>365.417</b>	<b>77.454</b>

Conforme descrito na Nota 31, no exercício de 2012 foram investidos pela Infraero, a título de aporte de capital, R\$ 378.867 milhões nas Sociedades Propósito Específico (SPE) de Brasília, Guarulhos e Campinas, correspondendo a 49% do capital social. Tais investimentos foram avaliados pelo MEP, considerando o período-base novembro, conforme faculta a Lei 6.404/76 em seu artigo 248, inciso I.

Período	30/11/2012			(Em R\$ mil)
	GUARULHOS S.A.	INFRAMÉRICA BSB	VIRACOPOS S.A.	
PL	288.923	18.156	280.660	587.739
Lucros não-realizados (-)	0	0	0	0
% da Participação	49%	49%	49%	49%
Total do Investimento	141.572	8.896	137.523	287.991
Valor Contábil do Investimento (-)	173.132	50.384	155.351	378.867
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	<b>(31.560)</b>	<b>(41.488)</b>	<b>(17.827)</b>	<b>(90.875)</b>

Ademais, essas demonstrações das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) deverão, no prazo de 120 dias contados do encerramento do exercício, ser devidamente auditadas pelas empresas de auditoria independente.

**Nota 11 – Imobilizado**

	(Em R\$ mil)			
	Taxa de Depreciação Anual	2012	2011	
Bens de Uso Geral				
Terrenos		15.077	0	15.077
Computadores e Periféricos	20%	207.637	(131.432)	76.205
Edificações e Instalações	4%	33.052	(16.915)	16.137
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	10%	250.928	(108.959)	141.968
Móveis e Utensílios				

A movimentação do ativo imobilizado até 31/12/2012 está demonstrada a seguir:

					(Em R\$ mil)
	Saldo Inicial 31/12/2011	Adição	Depreciação	Baixa	Saldo Final 31/12/2012
Bens de uso geral	540.112	211.604	(87.655)	(64.222)	599.839
<b>TOTAL</b>	<b>540.112</b>	<b>211.604</b>	<b>(87.655)</b>	<b>(64.222)</b>	<b>599.839</b>

A Infraero realizou, em 2012, o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado utilizando como critério o fluxo de caixa descontado, por não existir, no Brasil, mercado ativo para a maioria dos bens do segmento de aeroportos. Com base nas premissas utilizadas (taxa de desconto TJLP/PIB/Taxa de Câmbio, e prazo de 7 anos) chegou-se ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, superior ao valor líquido do ativo imobilizado e intangível na ordem de aproximadamente R\$ 25.763 mil, não ensejando o reconhecimento de perdas de valor decorrentes de ajustes de variação patrimonial.

A revisão da vida útil dos bens foi realizada durante os trabalhos relativos ao inventário anual de bens de 2012, para os bens com valor contábil (custo menos depreciação) superior a R\$ 60 mil, não sendo identificadas alterações relevantes que demandassem adequações na vida útil dos bens.

Resultados Financeiros		
Período de Análise		7 anos
Valor Presente Líquido		25.763
Custo de Capital - TJLP		5,50%
Taxa de Retorno do Investimento (TIR)		6,23%
Prazo de Recuperação do Ativo		7,94

**Nota 12 – Intangível**

	Término da Amortização	2012		2011	
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Software	2011 a indeterminado	110.791	(79.454)	31.337	32.467
Marcas, Direitos e Patentes	Indeterminado	413	(194)	219	274
<b>Sub-Total</b>		<b>111.204</b>	<b>(79.648)</b>	<b>31.556</b>	<b>32.741</b>
Software em Desenvolvimento	Indeterminado	1.100	0	1.100	1.050
<b>TOTAL</b>		<b>112.304</b>	<b>(79.648)</b>	<b>32.656</b>	<b>33.791</b>

São registrados ao custo de aquisição deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida estimada, sendo revisada anualmente.

O valor do intangível, em 2012, foi de R\$ 32.656 mil, deduzida a amortização acumulada no valor de R\$ 3.379 mil, conforme movimentação no quadro a seguir:

				(Em R\$ mil)
	Saldo Inicial 31/12/2011	Adição/Baixa	Amortização	Saldo Final 31/12/2012
Intangível	33.791	2.244	(3.379)	32.656
<b>TOTAL</b>	<b>33.791</b>	<b>2.244</b>	<b>(3.379)</b>	<b>32.656</b>

**Nota 13 – Recursos de Terceiros – Vinculados a Investimentos**

Os Recursos de Terceiros – Vinculados a Investimentos no montante de R\$ 66.765 mil estavam constituídos, principalmente, pelos seguintes valores:

- R\$ 30.261 mil, relativos a convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.
- R\$ 33.066 mil relativos ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. A Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, definiu que, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Em 2012 foram arrecadados R\$ 1.981.223 e repassados R\$ 1.951.720.
- Os recursos provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero, a partir de 10/1/2012, com a mudança instituída pela Lei nº 12.648, de 17/5/2012, passaram a constituir receita própria do FNAC. Em 2012 o saldo remanescente antes da alteração da Lei foi investido em sua totalidade.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios do Ataero, FNAC e dos convênios no período:

	(Em R\$ mil)				
	2012		2012	2011	
	INGRESSOS	DISPÊNDIOS			
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos/ Repasses	Tributos/Desp. Financeiras	
Ataero	44.684	47.258	806.739	(11.615)	0
FNAC	1.981.223	3.563	1.951.720	0	33.066
Convênios	0	(626)	(3.128)	0	30.261
Ministério do Turismo	0	(775)	(3.159)	0	28.529
Governo Estado da Bahia	0	148	31	0	1.732
Demais Recursos	55.615	0	54.706	0	3.438
<b>TOTAL</b>	<b>2.081.522</b>	<b>50.196</b>	<b>2.810.038</b>	<b>(11.615)</b>	<b>66.765</b>

**Nota 14 – Recursos de Terceiros – Comando da Aeronáutica**

Os Recursos para o Comando da Aeronáutica são compostos, principalmente, pelas taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero. Em 2012 representaram R\$ 2.690 mil.

**Nota 15 – Recursos de Terceiros – Tesouro Nacional**

A Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, posteriormente convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, definiu que, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Foram arrecadados no período R\$ 31.163 mil e repassados R\$ 39.487 mil.

**Nota 16 – Tributos a Recolher**

Tributos a Recolher	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
INSS sobre Folha	28.378	27.302
IRRF	29.314	26.522
Impostos e Contrib. Federais Retidos - Lei nº 9.430/96	27.891	26.278
COFINS	3.102	16.528
FGTS	10.729	10.046
INSS Retido	12.193	13.402
ISS	7.870	9.035
PASEP	2	0
CIDE	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>119.479</b>	<b>129.121</b>

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar serviço público federal em nome da União; também não recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. A tese da imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores renomados, consoante consultas realizadas pela Infraero, e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância de diversos estados brasileiros.

Os Tribunais Regionais Federais, bem como o Supremo Tribunal Federal, em julgamentos de mérito, também reconheceram a tese da imunidade intergovernamental recíproca prevista na alínea "a", do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal.

A Infraero, amparada na citada tese da imunidade tributária, também tem buscado junto ao Supremo Tribunal Federal a Declaração de Inexistência de Relação Jurídica Tributária em face de diversas municipalidades, no sentido de inibir ações tendentes a tributar os serviços prestados e o patrimônio administrado pela Empresa.

Considerando que a discussão da imunidade tributária da Infraero vem se firmando positivamente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Diretoria Executiva decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas nas ações fiscais.

**Nota 17 – Benefícios Concedidos a Empregados**

**a) Entidade Fechada de Previdência Complementar**

**a.1) Infraprev**

A Infraero é a patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), que é o que detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

No ano de 2012, foi assinado o Convênio de Adesão da Associação Nacional de Empregados da Infraero (Anei) ao Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev). O Plano Associativo Infraprev I – PAI-I (Anei), novo plano de benefícios do Instituto, garante uma renda adicional que pode ser usada para aposentadoria ou para realizar um investimento de curto, médio ou longo prazo. O valor do benefício é o resultado da soma das contribuições mensais, acrescido do retorno dos investimentos do Infraprev. Com esse convênio, a Anei passa a ser instituidora do Plano Associativo Infraprev I, proporcionando aos empregados da Infraero, que fazem parte da Associação, a possibilidade de seus dependentes contribuírem para um Plano de Previdência administrado pelo Infraprev.

O número de participantes do Infraprev em 31/12/2012 era de 14.127, sendo 12.240 ativos e 1.846 assistidos, distribuídos da seguinte maneira:

Categoria	(Em R\$ mil)				
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano ANEI	Soma
Ativo - Infraero	59	4	12.126	51	12.240
Autopatrocinado	1	0	32	0	33
Em BPD <sup>1</sup>	0	0	8	0	8
Assistido <sup>2</sup>	73	9	1.764	0	1.846
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>13</b>	<b>13.930</b>	<b>51</b>	<b>14.127</b>

BPD<sup>1</sup> - Benefício Proporcional Diferido

Assistido<sup>2</sup> - Não estão contemplados os pensionistas, que são considerados partes beneficiárias de participantes falecidos.

Conforme relatório da empresa de atuária independente, o fundo, em 31/12/2012, encontrava-se economicamente equilibrado, com patrimônio de R\$ 2.282.864 mil, distribuído da seguinte forma:

a.1) Plano I de Benefício Definido – patrimônio avaliado em R\$ 72.286 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 5.678 mil, a ser amortizado em 4 anos. As contribuições extraordinárias serão efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora, até o valor total das contribuições efetuadas pelos participantes ativos. Os ativos contribuem com 4,72% em função dos salários de contribuição e os assistidos com 5,44% do valor do benefício pago pelo Infraprev.

a.2) Plano II de Benefício Definido – patrimônio avaliado em R\$ 10.688 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 111 mil, a ser amortizado em 5 anos, a razão de 3,55% para a patrocinadora e percentual calculado de acordo com os fatores específicos para cada participante, do montante dos salários de contribuição.

a.3) Plano de Contribuição Variável – patrimônio avaliado em R\$ 2.199.870 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 36.232 mil, referente a Contribuições Amortizantes por serviços passados, a ser amortizado em 8 anos, com uma parcela mensal equivalente a R\$ 459 mil. O Patrimônio para Cobertura deste Plano encerrou o ano em R\$ 2.094.361 mil, demonstrando que o plano está superavitário mesmo antes da Contribuição Amortizante. Dessa forma, foi reconhecido no balanço patrimonial da Infraero a provisão matemática a constituir no valor de R\$ 36.232, conforme descrito na nota Passivo Atuarial: Provisões Matemáticas a Constituir – Plano CV.

a.4) Plano Anei – patrimônio avaliado em R\$ 20 mil; não existindo provisões matemáticas a constituir.

A composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos dos Planos do Infraprev na posição de 31/12/2012 se apresentavam da seguinte forma:

					(Em R\$ mil)
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano ANEI	Soma
PATRIMÔNIO SOCIAL	72.286	10.688	2.199.870	20	2.282.864
PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	65.126	9.666	2.094.361	20	2.169.173
PROVISÕES MATEMÁTICAS	66.819	7.947	2.090.763	20	2.165.549
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>35.135</b>	<b>4.039</b>	<b>592.688</b>	<b>0</b>	<b>631.862</b>
- Contribuição Definida	0	0	9.410	0	9.410
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	35.135	4.039	583.278	0	622.452
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>37.363</b>	<b>4.019</b>	<b>1.534.306</b>	<b>20</b>	<b>1.575.708</b>
- Contribuição Definida	0	0	1.279.375	20	1.279.395
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	36.572	3.881	0	0	40.453
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	790	139	254.931	0	255.860
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)</b>	<b>(5.678)</b>	<b>(111)</b>	<b>(36.232)</b>	<b>0</b>	<b>(42.021)</b>
- Serviço Passado (-)	0	(111)	(36.232)	0	(36.343)
- Déficit Equacionado (-)	(5.678)				(5.678)
<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(1.694)</b>	<b>1.719</b>	<b>3.599</b>	<b>0</b>	<b>3.624</b>
<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>(1.694)</b>	<b>1.719</b>	<b>3.599</b>	<b>0</b>	<b>3.624</b>
<b>SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO</b>	<b>0</b>	<b>1.719</b>	<b>3.599</b>	<b>0</b>	<b>5.318</b>
- Reserva de Contingência	0	1.719	3.599	0	5.318
- Reserva Especial para Revisão do Plano	0	0	0	0	0
<b>DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)</b>	<b>(1.694)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(1.694)</b>
<b>FUNDOS</b>	<b>7.160</b>	<b>1.022</b>	<b>105.509</b>	<b>0</b>	<b>113.691</b>
FUNDO PREVIDENCIAL	0	0	12.236	0	12.236
FUNDO ADMINISTRATIVO	6.585	933	84.591	0	92.109
FUNDO DOS INVESTIMENTOS	575	89	8.682	0	9.347

A Infraero contribui mensalmente para a conta de aposentadoria do participante, dentro dos limites fixados. O montante de contribuição ao Infraprev, no exercício de 2012, totalizou R\$ 74.282 mil.

**a.2) Passivo Atuarial: Provisões Matemáticas a Constituir – Plano CV**

A provisão matemática a constituir é uma obrigação assumida pela Infraero, para reconhecimento de serviços passados dos empregados participantes inscritos no Plano de Benefícios I e II – BD I e BD II e aos incentivos à migração voluntária que optaram pela migração para o Plano de Contribuição Definida – CD, instituído em 2000, posteriormente renomeado Plano de Contribuição Variável – CV.

Na avaliação atuarial para implantação do Plano CD foi dimensionada Provisão Matemática a Constituir no valor de R\$ 63.550 mil para aquela data, que seria então amortizada por meio de contribuições equivalentes a 3,98% da folha de salários da Infraero, pelo período de 20 anos, a contar de dezembro de 2000.

No início do exercício de 2011, o Infraprev realizou nova avaliação atuarial, na qual apurou o montante de R\$ 94.020 mil em 31/12/2011, considerando que parte dos efeitos na Provisão Matemática a Constituir, referentes à alteração de hipóteses, já estava provisionada no Fundo Previdencial ou diretamente nas respectivas Provisões Matemáticas, bem como as prestações pagas no período. Nesse cálculo foi considerado o prazo remanescente de 8,92 anos, à taxa de juros equivalente a 6,0% a.a.

Objetivando avaliar o passivo atuarial resultante de Provisão Matemática a Constituir junto ao Infraprev, o qual está sendo liquidado por meio de contribuições amortizantes, a Infraero contratou a consultoria Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que convalidou as premissas e os valores do Infraprev com base em 2011.

Contudo, devido a uma fiscalização da Previc, o Infraprev, de acordo com parecer atuário e orientação jurídica, mantendo as mesmas premissas atuariais, reduziu a dívida para R\$ 36.232 mil, esclarecendo que tão logo o processo de fiscalização seja concluído reverá o novo valor a ser reconhecido.

Diante das exigências impostas pelas normas de contabilidade (Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 e International Accounting Standard – IAS nº 19) a Infraero, na qualidade de Patrocinadora do Infraprev, reconheceu a dívida, contra o resultado do período, no montante de R\$ 36.232 mil, sendo R\$ 4.575 mil em curto prazo e R\$ 31.657 mil em longo prazo. O registro representa a Provisão Matemática a Constituir do Plano CV, apurado em 31/12/2012, pelo Infraprev.

**b) Participação dos Empregados e Administradores nos Lucros**

O sistema de participação nos lucros ou resultados dos empregados na Infraero é regulado pela Lei nº 10.101, de 19/12/2000, e pela Resolução CCE nº 10, de 30/5/1995 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A participação nos lucros foi instituída com o objetivo de incentivar a produtividade. A fim de especificar as regras e atender aos critérios da legislação, o sistema foi consolidado no Regulamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR, o qual é proposto e aprovado em cada exercício social.

Conforme explicita o artigo 2º do regulamento de 2012, o PPLR é uma sistemática de participação dos empregados que está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, mediante orientação estratégica clara e definição de metas que garantam o desenvolvimento sustentável da Infraero, o respeito às diferenças entre as Dependências, os níveis hierárquicos, cargos e funções. Periodicamente é realizado o acompanhamento e a avaliação do programa, realinhando-o aos novos planos e estratégias de negócios.

Para o exercício de 2012 foram apropriados R\$ 6.397 mil a título de participação dos empregados nos lucros da Empresa em 2012. Tendo sido aprovadas as contas pelo Conselho de Administração, a efetivação do pagamento aos empregados ocorrerá após a aprovação das contas pela Assembleia Geral e o pagamento dos dividendos, estando condicionado ao cumprimento das metas globais estabelecidas junto ao DEST.

A participação dos administradores nos lucros aprovada pelo DEST, para o exercício de 2012, está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, vinculadas aos objetivos estratégicos. Será submetida à aprovação do Conselho de Administração e foi calculada com base no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos Dirigentes – PPLR-D, regido pelo artigo 152 da Lei nº 6.404/76 e pelo artigo 38 do Estatuto Social da Infraero, não concorrendo com o PPLR. Em 2012, foi reconhecido no resultado do período o valor de R\$ 431 mil.

**c) Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA)**

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. A adesão ao programa pode ser realizada desde 15 de agosto de 2012 e terá duração até 18 (dezoito) meses, coincidindo com o término do Período de Transição do Processo de Concessão.

	(Unidade)	(Em R\$ mil)
	EFETIVO	PDITA
2012	53	12.732

**d) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI)**

A Infraero realizou em 2009 o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, aprovado pelo DEST, por meio do Ofício DEST nº 487/2009/MP/SE/DEST, de 25/6/2009. Foram pagas verbas rescisórias e incentivos aos empregados que aderiram ao programa. Em 2012, foram desligados mais 2 (dois) empregados, totalizando uma despesa com o PDVI de R\$ 547 mil.

	(Unidade)	(Em R\$ mil)
	EFETIVO	PDVI
2011	12	2.112
2012	02	547

**e) Benefício Pós-Emprego**

A Infraero oferece aos empregados ativos e inativos o Programa de Assistência Médica da Infraero – PAMI, que se constitui em um benefício concedido pela Empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela Infraero, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela Infraero, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial.

O PAMI é destinado aos empregados e ex-empregados aposentados da Infraero e seus dependentes, sendo que os aposentados somente permanecerão na condição de beneficiários caso tenham pertencido ao quadro de cargo regular da Empresa por, no mínimo, 10 anos contínuos. No caso dos aposentados, o benefício se estende apenas ao seu cônjuge.

Objetivando calcular a obrigação com assistência médica pós-emprego, a Infraero contratou a consultoria Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que apresentou, em relatório atuarial, o valor presente das obrigações com a assistência médica de R\$ 1.100.699 mil. Deste montante, R\$ 967.346 mil representam benefícios a conceder e R\$ 133.353 mil benefícios concedidos, que, por se tratar de remensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, foi reconhecido em 2012 como outros resultados abrangentes.

**Nota 18 – Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos**

Conforme disposição estatutária, aos acionistas está assegurado o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondem, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, em 20/04/2012, foi aprovada a proposta de R\$ 37.250 mil, referente aos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos do exercício 2011, o qual teve atualização de R\$ 1.185 mil, totalizando R\$ 38.435 mil, pagos em abril de 2012.

- Em 2012, a Infraero provisionou o pagamento de dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 25.590 mil. Esses juros foram contabilizados como despesas financeiras

A Empresa não realiza provisões relativamente às ações judiciais cuja decisão tenha sido improcedente, bem como aquelas ainda sem decisão de mérito. Segue conteúdo das ações judiciais que merecem destaque:

**a) Ações Trabalhistas**

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido unânimes no sentido de que a Infraero é responsável subsidiária nos termos do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

**b) Ações Cíveis**

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

**c) Ações Fiscais**

- Existe uma ação no valor de R\$ 47.450 mil que versa sobre procedimento de vistoria aduaneira oficial, do qual decorreu a lavratura de auto de infração reconhecendo a exigência do Imposto sobre Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de PIS/Pasep e de COFINS incidentes na operação, bem como aplicação da multa prévia em virtude de potencial extravio de mercadoria sob custódia da Infraero.

**Nota 20 – Perdas em Sentenças Judiciais**

As ações judiciais transitadas em julgado, em fase de execução, representaram em 2012 um total de R\$ 62.606 mil. Nas execuções de sentença as discussões giram em torno da liquidação dos valores das condenações, sendo que, quanto ao mérito, as demandas restaram decididas definitivamente. Foram registrados como perda no período R\$ 7.717 mil de ações cíveis e R\$ 54.889 mil de ações trabalhistas.

	2012	(Em R\$ mil) 2011
Perdas	62.606	55.875
Trabalhistas	54.889	44.695
Cíveis	7.717	11.180
<b>TOTAL</b>	<b>62.606</b>	<b>55.875</b>

A movimentação ocorrida nas Sentenças Judiciais, no exercício de 2012, foi de R\$ 6.731 mil, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo Inicial 31/12/2011	Adições	Pagamentos	Saldo Final 31/12/2012
Trabalhistas	44.695	31.305	(21.111)	54.889
Cíveis	11.180	7.551	(11.014)	7.717
<b>TOTAL</b>	<b>55.875</b>	<b>38.855</b>	<b>(32.124)</b>	<b>62.606</b>

**Nota 21 – Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O Capital Social no montante de R\$ 1.009.336 mil, totalmente integralizado, é constituído de 7.334.123 Ações Ordinárias Nominativas. Em 30/12/2010 foi publicada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431/11, que, dentre outros assuntos, dispõe sobre a extinção do FND e a transferência de seus direitos sobre títulos e valores mobiliários para a União. Tal fato foi reconhecido pela Infraero, contudo, até a conclusão do inventário, os valores serão demonstrados separadamente.

	Quantidade de Ações	(Em R\$ mil) Capital
UNIÃO	7.136.773	982.177
UNIÃO (Extinto FND)	197.350	27.159
<b>TOTAL</b>	<b>7.334.123</b>	<b>1.009.336</b>

**b) Reservas de Lucros**

**b.1) Reserva de Incentivos Fiscais**

Devido às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as aplicações efetuadas no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam devem ser reconhecidas no resultado e posteriormente destinadas a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido sem, no entanto, integrarem a base de cálculo dos dividendos. Em 2012 não foram realizadas aplicações no Finam, permanecendo então com as aplicações anteriores de R\$ 3.350 mil.

**b.2) Reserva Legal**

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício corrente, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Até 2011, já haviam sido constituídas R\$ 17.649 mil. Para o ano de 2012 foram destinados R\$ 5.387 mil para a Reserva Legal, totalizando R\$ 23.036 mil, o que representa 2,28% do capital social.

**b.3) Retenção de Lucros**

Foi destinado para distribuição da Retenção de Lucros, apurada no exercício 2012, o valor de R\$ 76.769 mil. Estão previstos, para o exercício 2013, relativo a esta retenção, a realização de investimentos nos seguintes programas:

	(Em R\$ mil) Valor
Desenvolvimento da Segurança Aeroportuária	20.146
Desenvolvimento da Navegação Aérea	1.735
Desenvolvimento da Tecnologia e Sistemas Aeroportuários	7.382
Desenvolvimento da Operação Aeroportuária	47.506
<b>Total</b>	<b>76.769</b>

**c) Ajustes de Avaliação Patrimonial**

O principal objetivo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é receber contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência de sua avaliação ao valor justo. A atual redação do parágrafo terceiro do Art. 182 da Lei das S.A. atribuiu à Comissão de Valores Imobiliários – CVM poderes para determinar o uso desta conta para outras situações não previstas na Lei das S.A. Dessa forma, o ajuste de avaliação patrimonial pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e passivos em relação ao valor justo.

Além disso, em geral essa conta tem caráter transitório, abrangendo valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da Empresa. Portanto, pode receber a contrapartida de transações que não afetarão o resultado no futuro, como, por exemplo, ganhos e perdas atuariais.

Em 2012 foi reconhecida a obrigação com assistência médico-hospitalar relativa a benefícios pós-emprego concedidos no valor de R\$ 133.353 mil, conforme Nota 17.

**Nota 22 – Ativo e Passivo Compensado**

O Ativo e Passivo Compensado da Empresa são representados pelos grupos Equipamentos da União, Garantias Caucionárias de Terceiros e Almoarifados da União, que se encontra evidenciado na nota específica do Almoarifado.

Em decorrência do processo de Concessão dos Aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, os bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade da União existentes nesses aeroportos, e os bens móveis de propriedade da Infraero considerados necessários para a execução e manutenção das atividades aeroportuárias, foram entregues às Concessionárias por meio da assinatura do Termo de Aceitação Definitivo, conforme previsto no Edital de Leilão desses aeroportos. Foram entregues bens móveis e imóveis cujo valor líquido totalizam R\$ 2.763 mil, sendo R\$ 2.699 mil relativo a bens móveis e imóveis de propriedade da União e R\$ 64 mil de bens móveis de propriedade Infraero.

Os bens entregues às concessionárias tiveram os seus registros transferidos para Sede, estando registrados em conta de compensação específica, grupo 155 – Compensado Concessão.

**a) Equipamentos da União**

Os Bens da União foram registrados com base no valor de aquisição, deduzido de depreciação, de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 10.840.378 mil.

		2012				(Em R\$ mil) 2011	
	Taxa de Depreciação	Adições/ Excl.ões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	44.237	(146.501)	(6.104)	(783)	651.773	760.924
Imóveis e Benefetórias da União	4% a.a.	839.258	(27.882)	(3.435.991)	254	10.872.844	13.497.205
Bens da União com a Concessão		64.324	0	2.699.188	0	2.763.512	0
Custo		947.819	(174.383)	(742.907)	(529)	14.288.129	14.258.129
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(370.874)	108.649	815.622	(372)	(3.447.751)	(4.000.776)
<b>TOTAL</b>		<b>576.945</b>	<b>(65.734)</b>	<b>72.715</b>	<b>(901)</b>	<b>10.840.378</b>	<b>10.257.353</b>

**b) Garantias Caucionárias de Terceiros**

A Infraero mantém as garantias caucionárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

Em 31 de dezembro de 2012 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R\$ 2.832.536 mil.

**Nota 23 – Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no Lucro Real Anual na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

	2012	(Em R\$ mil) 2011
Contribuição Social		
Resultado Contábil antes dos Invest. em OBU	446.697	398.908
Obras em Bens da União - OBU	282.163	213.928
Resultado Contábil antes do IRPJ e CSLL	164.534	184.980
( + ) Adições:	697.588	762.286
( - ) Excl.ões:	614.839	783.709
Base de Cálculo da Contribuição Social	247.283	163.557
(-) Compensação de Base Cálculo Negativa (30%)	74.185	49.067
Base de Cálculo após Compensação da Base Negativa	173.098	114.490
Contribuição Social Devida (9% )	15.579	10.304
Imposto de Renda		
Resultado Contábil depois da Contribuição Social	148.955	174.676
( + ) Adições:	713.167	772.590
( - ) Excl.ões:	614.839	783.709
Resultado Fiscal do Período	247.283	163.557
( - ) Compensação de Prejuízo Fiscal (30% s/Lucro)	74.185	49.067
Base de Cálculo IRPJ após Compens. Prejuízo Fiscal	173.098	114.490
IRPJ Devido (15% )	25.965	17.173
( - ) Deduções: PAT e Incentivos Fiscais	2.042	1.451
IRPJ a Recolher	23.923	15.722
Parcela Isenta do Adicional de Imposto de Renda	240	240
Adicional do Imposto de Renda (10%)	17.286	11.425
Imposto de Renda Devido	41.209	27.147
Imposto de Renda e Contribuição Social Devidos	56.787	37.451

**Nota 24 – Remuneração da Administração e dos Empregados**

A política de remuneração dos empregados da Infraero está definida no Plano de Classificação de Cargos e Salários – PCCS. A maior, a menor e a remuneração média dos empregados da Empresa no mês de dezembro de 2012 estão discriminadas a seguir:

**a) Empregados**

	2012	(Em R\$) 2011
Maior	27.177,31	25.637,63
Menor	1.324,01	1.244,25
Média	4.885,54	4.574,20

Com relação à política de remuneração dos administradores da Empresa, sua definição encontra-se na Ata da Assembleia Geral Ordinária de 20/4/2012, aprovada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, constante do Ofício nº 241/DEST-MP de 13/4/2012:

**b) Administradores**

	2012	(Em R\$) 2011
Maior	28.113,06	23.852,03
Menor	26.774,34	23.852,03
Média	26.941,68	23.852,03

**Nota 25 – Conciliação da Receita Bruta para a Receita Líquida**

A receita líquida de serviços para o exercício possui a seguinte composição:

	2012	(Em R\$ mil) 2011
Receita Bruta	4.365.363	3.757.104
Comerciais	1.341.676	1.141.922
Embarque	1.274.186	1.075.620
Armazenagem e Capatazia	833.920	659.130
Pouso e Permanência	521.108	440.813
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	311.266	377.219
Exploração de Serviços	67.055	62.400
Conexão	15.268	0
Cursos e Treinamentos	884	0
Deduções	(249.247)	(225.882)
PASEP	(44.604)	(40.291)
COFINS	(204.642)	(185.591)
<b>Receita Líquida</b>	<b>4.116.116</b>	<b>3.531.222</b>

As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público – Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente na demonstração do resultado.

**Nota 26 – Tarifas Aeronáuticas e Aeroportuárias**

O movimento de aeronaves no exercício de 2012 apresentou crescimento de 1,5% em relação a 2011, totalizando 2.938,3 mil operações de pouso e decolagem, sendo que as operações domésticas cresceram 2,6%, chegando a 2.775,1 mil, e as internacionais diminuíram 13,1%, com 163,2 mil.

Com relação ao movimento de passageiros, o aumento verificado foi de 3,7%, totalizando 186,5 milhões de passageiros, sendo 169,0 milhões de domésticos e 17,4 milhões de internacionais.

As operações com carga aérea apresentaram queda de 15,5%, totalizando 997,2 mil toneladas movimentadas, sendo 432,5 mil toneladas provenientes de importações, 251,5 mil toneladas destinadas a exportações e 313,2 mil toneladas de carga nacional.

	2012	2011	Var.%
Aeronaves (operações mil)	2.938,3	2.893,8	1,5
Doméstico	2.775,1	2.706,0	2,6
Internacional	163,2	187,8	-13,1
Passageiros (milhões)	186,4	179,9	3,6
Doméstico	169,0	161,7	4,5
Internacional	17,4	18,2	-4,4
Cargas (mil ton)	997,2	1.179,6	-15,5
Importação	432,5	508,5	-14,9
Exportação	251,5	338,2	-25,6
Carga Nacional	313,2	332,9	-5,9

Em termos financeiros, as receitas brutas cresceram 16,2%, atingindo o montante de R\$ 4.365.363 mil. Destaca-se o desempenho das receitas Armazenagem e Capatazia, de Embarque, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011	Var.%
Comerciais	1.341.676	1.141.922	17,5%
Embarque	1.274.186	1.075.620	18,5%
Armazenagem e Capatazia	833.920	659.130	26,5%
Pouso e Permanência	521.108	440.813	18,2%
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	311.266	377.219	-17,5%
Exploração de Serviços	67.055	62.400	7,5%
Conexão	15.268	0	100,0%
Cursos e Treinamentos	884	0	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.365.363</b>	<b>3.757.104</b>	<b>16,2%</b>

**Nota 27 – Demonstrações por Área de Negócio**

As demonstrações por Área de Negócio possuem as seguintes composições:

**a) Investimentos**

	2012	(Em R\$ mil) 2011
Embarque e Desembarque	16	29
Obras de Arte	16	29
Armazenagem e Capatazia	1	5
Obras de Arte	1	5
Concessão de Uso de Áreas	8	7
Obras de Arte	8	7
Corporativo	365.392	77.413
Ações e Incentivos Fiscais	26.575	26.575
Empréstimos Compulsórios	0	0
Imobilizado Não Destinado a Uso	70.504	70.504
Obras de Arte	1.502	1.515
Participações em Empresas/Fundos	288.389	397
Participações em Fundos	397	397
Participações SPE - Campinas	155.351	0
Participações SPE - Brasília	50.384	0
Participações SPE - Guarulhos	173.132	0
Perdas com Equivalência Patrimonial	(90.875)	0
( - ) Provisão para Perdas	(21.578)	(21.578)
<b>TOTAL</b>	<b>365.417</b>	<b>77.454</b>

**b) Imobilizado**

	2012		2011	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Concessão de Uso de Áreas	2.963	(1.547)	1.416	1.250
Computadores e Periféricos	143	(114)	29	40
Edificações e Instalações	854	(341)	514	550
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	918	(492)	427	359
Móveis e Utensílios	752	(305)	447	297
Veículos	296	(296)	0	4

	2012		2011	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Embarque e Desembarque	45.483	(15.961)	29.522	28.087
Computadores e Periféricos	2.822	(2.061)	761	1.126
Edificações e Instalações	1.286	(563)	722	1.002
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	23.090	(6.556)	16.534	14.581
Imobilizações em Andamento	732	0	732	1.578
Móveis e Utensílios	16.041	(5.676)	10.366	9.229
Outras Imobilizações	52	(50)	2	4
Veículos	1.459	(1.054)	405	567

	2012		2011	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Armazenagem e Capatazia	90.792	(32.638)	58.154	54.783
Computadores e Periféricos	3.855	(3.093)	762	2.070
Edificações e Instalações	700	(445)	255	481

	(Em R\$ mil)		
	2012		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Navegação Aérea	66.569	(24.821)	41.748
Computadores e Periféricos	5.391	(4.461)	930
Edificações e Instalações	647	(451)	197
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	19.225	(14.860)	4.364
Imobilizações em Andamento	32.667	0	32.667
Móveis e Utensílios	5.350	(2.850)	2.500
Outras Imobilizações	450	(335)	115
Terrenos	5	0	5
Veículos	2.834	(1.863)	970

	(Em R\$ mil)		
	2011		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Exploração de Serviços	6.352	(3.180)	3.172
Computadores e Periféricos	1.679	(1.305)	374
Edificações e Instalações	82	(17)	64
Imobilizações em Andamento	243	0	243
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	3.763	(1.581)	2.182
Móveis e Utensílios	392	(204)	187
Outras Imobilizações	94	(31)	63
Veículos	100	(42)	58

	(Em R\$ mil)		
	2011		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Corporativo	796.547	(348.248)	448.299
Computadores e Periféricos	193.265	(120.018)	73.248
Edificações e Instalações	28.862	(14.941)	13.921
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	173.864	(70.855)	103.009
Imobilizações em Andamento	104.582	0	104.582
Móveis e Utensílios	121.052	(40.675)	80.376
Outras Imobilizações	3.395	(1.934)	1.461
Terrenos	14.963	0	14.963
Veículos	156.564	(99.825)	56.739

**c) Intangível**

	(Em R\$ mil)		
	2012		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Embarque e Desembarque	48	25	23
Software	48	25	23
Armazenagem e Capatazia	1.097	1.088	9
Software	1.097	1.088	9
Operações com Aeronaves	1	1	0
Software	1	1	0
Navegação Aérea	713	699	14
Software	713	699	14
Exploração de Serviços	138	105	33
Software	138	105	33
Corporativo	110.306	77.730	32.576
Marcas, Direitos e Patentes	413	194	219
Software	108.793	77.536	31.257
Software em Desenvolvimento	1.100	0	1.100
<b>TOTAL</b>	<b>112.304</b>	<b>79.648</b>	<b>32.656</b>

**d) Demonstração do Resultado do Exercício por Área de Negócio**

	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>4.116.116</b>	<b>3.531.222</b>
a) Operações de Aeronaves	489.324	414.118
b) Embarque e Desembarque de Passageiros	1.196.429	1.010.477
c) Armazenagem e Capatazia	783.218	619.296
d) Navegação Aérea	308.679	355.656
e) Concessão de Uso de Áreas	1.260.280	1.073.030
f) Exploração de Serviços	63.019	58.645
g) Conexão	14.337	0
h) Cursos e Treinamentos	830	0
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>2.687.168</b>	<b>2.440.836</b>
a) Operações de Aeronaves	513.282	629.771
b) Embarque e Desembarque de Passageiros	410.984	816.809
c) Armazenagem e Capatazia	734.662	402.156
d) Navegação Aérea	362.900	352.514
e) Concessão de Uso de Áreas	312.026	84.039
f) Exploração de Serviços	353.314	155.547
g) Conexão	0	0
h) Cursos e Treinamentos	0	0
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>1.428.948</b>	<b>1.090.386</b>
a) Operações de Aeronaves	(23.958)	(215.653)
b) Embarque e Desembarque de Passageiros	785.445	193.668
c) Armazenagem e Capatazia	48.556	217.140
d) Navegação Aérea	(54.221)	3.142
e) Concessão de Uso de Áreas	948.254	988.991
f) Exploração de Serviços	(290.295)	(96.902)
g) Conexão	14.337	0
h) Cursos e Treinamentos	830	0
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(851.627)</b>	<b>(718.990)</b>
Corporativo	(851.627)	(718.990)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>16.894</b>	<b>3.094</b>
Corporativo	16.894	3.094
<b>LUCRO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>594.215</b>	<b>374.490</b>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS PDITA / PDVI	(62.123)	(1.409)
	(13.280)	(2.112)
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes do Imposto de Renda, Contribuição e Reversão dos Juros s/Cap.Próprio)</b>	<b>518.811</b>	<b>370.970</b>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM COLIGADAS	(90.875)	0
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(56.787)	(37.451)
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	25.590	37.250
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes dos investimentos para União)</b>	<b>396.738</b>	<b>370.768</b>
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO	(282.163)	(213.928)
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes da Participação nos Lucros)</b>	<b>114.575</b>	<b>156.840</b>
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS	(6.829)	(9.312)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>107.746</b>	<b>147.528</b>

**Nota 28 – Cobertura de Seguros**

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF	Vigência	Pagamento de Sinistros
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A Cossegurada com a Allianz Seguros S/A	US\$ 500.000.000,00	R\$ 7.123.487,51	30/6/2012 a 30/6/2013	.....
Riscos Operacionais (RO)	Tókió Marine Seguradora	R\$ 7.542.671.556,55	R\$ 1.050.000,00	13/8/2012 a 12/8/2013	.....
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	DP - R\$ 30.000,00 <sup>1</sup> DM - R\$ 25.000,00 <sup>1</sup>	R\$ 85.000,00	2/6/2012 a 1/6/2013	.....
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros)	MBM Seguros S/A	R\$ 23.000,00 <sup>2</sup>	R\$ 42.000,00	9/11/2011 a 8/11/2012	.....
Seguro de Vida em Grupo (SVG)	Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.	R\$ 1.168.686.080,60	R\$ 147.039,72	3/7/2012 a 3/7/2013	.....

<sup>1</sup> Importância segurada por veículo.

<sup>2</sup> Importância segurada por bombeiro cadastrado em caso de morte ou invalidez total.

A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pela Sede para todos os aeroportos de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

Devido ao seu campo de atuação e porte, a Infraero mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender às necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros.

O Seguro de Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária – RC tem por finalidade segurar a Empresa de prejuízos que venha a sofrer com a reparação de danos causados a terceiros em função das atividades como administrador de aeroportos. No exercício de 2012 foi contratado com a Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, com vigência de 12 meses, 30/6/2012 a 30/06/2013, cujo prêmio total de US\$ 500.000 mil foi pago em parcela única, convertida à taxa de câmbio do dia do pagamento, conforme previsto no Contrato nº 058-SS/2010/0001, totalizando um montante de R\$ 7.123 mil, aditado através do Termo Aditivo nº 064-SS/2012/0001.

Os sinistros da Apólice de RC geralmente são avisados em um exercício e indenizados posteriormente, em função de vários fatores, dentre eles, processos judiciais.

O Seguro de Riscos Operacionais – RO oferece cobertura completa aos bens assegurados, pois contempla todas as perdas ou danos materiais causados aos bens, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições. No exercício de 2012 foi contratado com a Tókió Marine Seguradora S/A, segurando a importância de R\$ 7.542.672 mil, conforme demonstrado adiante:

	(Em R\$ mil)	
	2011	
	Valor	
Edificações	5.839.274	
Instalações	437.713	
Equipamentos <sup>1</sup>	1.138.541	
Móveis e Utensílios	127.143	
<b>TOTAL</b>	<b>7.542.672</b>	

<sup>1</sup> Equipamentos, bens em processo de aquisição (constante de obras em andamento) e veículos operacionais.

O Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V com cobertura para Danos Pessoais – DP e para Danos Materiais – DM engloba frota total de 1.528 veículos e um prêmio a ser pago de R\$ 106 mil, com a seguinte composição:

	(Em R\$ mil)	
	2011	
	Veículos	Prêmio
Nº Veículos Segurados	1.223	85
Reserva	305	21
<b>TOTAL</b>	<b>1.528</b>	<b>106</b>

O Seguro de Acidentes Pessoais e Coletivos – APC-Bombeiros dispõe de cobertura para Morte (MA) e Invalidez Permanente Total (IPT), por Acidente, e se destina aos bombeiros conveniados, conforme preveem os termos de convênio firmados com as Corporações de Bombeiros Militares da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica Municipais, Estaduais e do Distrito Federal.

O Seguro de Vida em Grupo – SVG tem por finalidade segurar os empregados orgânicos da Empresa quanto à morte, invalidez ou lesão de membros. No exercício de 2012 foi realizada nova licitação em que foi contratado, a partir do mês de maio contrato com a seguradora METLIFE, com validade de 12 meses, prorrogáveis por até 60 meses. O prêmio é pago mensalmente pela Infraero, conforme previsto no Termo de Contrato. É facultado ao empregado contratar apólice complementar, sendo custeada integralmente pelo contratante.

**Nota 29 – Recursos Próprios Aplicados em Bens da União**

Os investimentos realizados com recursos próprios em bens da União são considerados, para efeitos fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2012 foram aplicados R\$ 282.163 mil, dos quais R\$ 203.853 mil de recursos oriundos das operações da Empresa e R\$ 78.310 mil provenientes de recursos de aporte de capital realizado em 2007 e 2008. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Lucro Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Lucro Líquido do Exercício, evidenciando-se uma linha com o Lucro Líquido (antes dos investimentos para a União).

Discriminação	(Em R\$ mil)	
	2012	2011
Obras e Equipamentos Recursos Próprios	203.853	213.155
Obras e Equipamentos Aporte de Capital	78.310	773
<b>TOTAL</b>	<b>282.163</b>	<b>213.928</b>

**Nota 30 – Investimentos Realizados**

A Infraero realizou em 2012 investimentos no montante de R\$ 1.315.173 mil.

Em obras e serviços de engenharia foram investidos R\$ 1.088.902 mil, sendo R\$ 203.853 mil com recursos próprios, R\$ 78.310 mil com recursos do aporte de capital, R\$ 806.739 mil com recursos Ataero.

Em equipamentos, terrenos, móveis e utensílios foram aplicados R\$ 237.039 mil, sendo R\$ 228.743 mil com recursos próprios e R\$ 8.296 mil com recursos Ataero.

O quadro a seguir destaca os principais investimentos realizados em 2012, constantes no Orçamento de Investimento da Infraero, parte integrante da Lei Orçamentária Anual:

**a) Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia**

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	(Em R\$ mil)			
	PAC	PRÓPRIO	ATAERO	TOTAL Ano 2012
<i>Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)</i>	306	0	3.629	3.935
<i>Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)</i>	0	1.392	1.620	3.012
<i>Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)</i>	6.169	(1.667)	20.247	24.750
<i>Construção do Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercílio Luz (SC)</i>	947	5.517	9.460	15.925
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek (DF)</i>	0	891	6.902	7.793
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR)</i>	0	3.277	30.392	33.669
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES)</i>	0	2.480	5.392	7.873
<i>Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon (MT)</i>	0	497	5.660	6.157
<i>Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife (PE)</i>	0	0	719	719
<i>Adequação do Aeroporto do Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP)</i>	23.474	934	126.487	150.895
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos (SP)</i>	32.247	7.026	31.485	70.758
<i>Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim (RJ)</i>	8.652	21.807	56.038	86.497
<i>Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (AM)</i>	0	3.809	163.796	167.605
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (MG)</i>	0	8.114	38.052	46.166
<i>Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (CE)</i>	3.903	1.974	13.575	19.452
<i>Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas (PR)</i>	0	3.619	20.638	24.257
<i>Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA)</i>	0	0	0	0
<i>Construção do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Teresina - Senador Petrônio Portella (PI)</i>	0	0	0	0
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA)</i>	2.343	2.663	8.816	13.822
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS)</i>	0	2.102	32.898	35.000
<b>OUTRAS AÇÕES ESPECÍFICAS</b>	<b>0</b>	<b>1.474</b>	<b>3.652</b>	<b>5.127</b>
<i>Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro Santos Dumont - (RJ)</i>	0	214	431	645
<i>Construção da Torre de Controle no Aeroporto Internacional de Congonhas (SP)</i>	0	40	0	40
<i>Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)</i>	0	179	1.123	1.302
<i>Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)</i>	0	1.042	2.099	3.140
<b>DIVERSOS AEROPORTOS - DEMAIS OBRAS DE AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA</b>	<b>268</b>	<b>362.053</b>	<b>229.440</b>	<b>591.762</b>
<b>TOTAL</b>	<b>78.310</b>	<b>427.964</b>	<b>808.899</b>	<b>1.315.173</b>

**b) Equipamentos, Móveis e Utensílios**

	(Em R\$ mil)		
	PRÓPRIO	ATAERO	TOTAL
Outros Equipamentos	62	0	62
Elevadores e Outros	472	120	592
Equipamento de Audio, Vídeo e Comunicação	22.155	717	22.872
Equipamento de Bagagens	7.701	1.504	9.205
Equipamento de Energia	2.000	31	2.031
Equipamento de Estacionamento	982	0	982
Equipamentos de Informática	36.609	40	36.650
Equipamento de Manutenção	15.426	23	15.449
Equipamento de Navegação Aérea	6.212	238	6.450
Equipamento de Operações e Engenharia	1.391	419	1.810
Equipamento de Refrigeração	1.773	0	1.773
Equipamento de Saúde	1.845	0	1.845
Equipamentos de Telefonia	1.675	4	1.680
Equipamentos de Teca	18.974	275	19.250
Instalações e Benfeitorias	8.772	0	8.772
Móveis e Utensílios	54.170	249	54.419
Segurança e Vigilância	32.921	4.665	37.587
Sistema de TV e Vigilância	6.353	0	6.353
Veículos	9.248	9	9.257
<b>TOTAL</b>	<b>228.743</b>	<b>8.296</b>	<b>237.039</b>

**Nota 31 – Concessões**

O Decreto nº 7.531/2011 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, dos aeroportos internacionais de Guarulhos (SBGR) e Viracopos (SBKP), no estado de São Paulo, e do aeroporto internacional de Brasília (SBBR), no Distrito Federal, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. A ANAC iniciou o processo por meio da publicação, no Diário Oficial da União de 15/12/2011, do Edital do Leilão nº 2/2011, a fim de selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos Internacionais de Brasília, Campinas e Guarulhos. O leilão dos três aeroportos ocorreu de forma simultânea na Bolsa de Valores de São Paulo no dia 6/2/2012. A concessão de Guarulhos foi arrematada por R\$ 16,213 bilhões pelo consórcio Invepar. O valor da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos ficou em R\$ 3,821 bilhões, para o consórcio Aeroportos Brasil. Já o aeroporto de Brasília foi arrematado por R\$ 4.501 bilhões, lance feito pelo consórcio Inframérica Aeroportos. O recurso arrecadado será repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Após o fim da concessão os aeroportos voltam a ser controlados pelo Poder Público, podendo ser concedidos em novos processos. Foi então iniciada a primeira fase da concessão com o Plano de Transferência Operacional – PTO, cujo objetivo é garantir a transferência das atividades aeroportuárias da Infraero para a Concessionária de forma eficaz e segura, com a manutenção regular de todas as operações do aeroporto. O PTO foi aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC em 10/8/2012 (Viracopos), 13/8/2012 (Guarulhos) e 28/8/2012 (Brasília), autorizando as Concessionárias a iniciarem a fase de transferências de operações nos Aeroportos. Assim, iniciou-se a segunda fase em que a gestão da operação do aeroporto passou a ser acompanhada pelas Concessionárias em 13/8/2012 (Viracopos), 14/8/2012 (Guarulhos) e 29/8/2012 (Brasília). Durante esse estágio, coube à Infraero continuar a executar suas atividades, sendo assistida pelas Concessionárias. O terceiro estágio teve início em 14/11/2012 (Viracopos), 15/11/2012 (Guarulhos) e 1/12/2012 (Brasília), no qual coube à Concessionária assumir a efetiva operação do Aeroporto, mediante assinatura do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos das Instalações do Aeroporto – TAD, com o acompanhamento da Infraero. Pelo contrato de concessão, as concessionárias, para auditoria dos valores, são obrigadas a contratar empresa especializada de auditoria independente de grande porte e de renome nacional e internacional. E, pelo Acordo de Acionistas, as Concessionárias deverão fornecer mensalmente aos Acionistas, neste caso à Infraero, as demonstrações financeiras não auditadas com os resultados atualizados para o exercício e as demonstrações auditadas por auditor independente até 120 dias contados do encerramento do exercício. As empresas de auditoria independente contratadas pelas Concessionárias e devidamente aprovadas pela Infraero são as seguintes:

- Guarulhos – Ernst & Young Terco
- Brasília – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
- Campinas – Ernst & Young Terco

Nesse contexto, a Infraero participa, por meio das Sociedades de Propósito Específico – SPEs, com 49% do Capital Social, no qual foram investidos em 2012 R\$ 378.867 milhões. Por se tratar de uma participação superior a 20% em cada Empresa, presume-se influência significativa, fazendo com que todos os investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Devido aos prazos estabelecidos pelo Governo Federal para o encerramento das demonstrações financeiras, a Infraero optou por utilizar os balancetes das Concessionárias relativos ao período de novembro, conforme faculta a Lei nº 6.404/76 em seu artigo 248, inciso I.

**Nota 32 – Eventos Subsequentes**

**Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos**

Em dezembro de 2012, o Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos, o qual tem como objetivo melhorar a infraestrutura aeroportuária ampliando a oferta de transporte aéreo brasileiro e, além disso, reconstruir a rede de aviação regional através de investimentos e parcerias firmadas entre estados, municípios e a Infraero.

Dentre as medidas adotadas para a implantação do Programa estão:

- Concessão dos aeroportos do Galeão e Confins à iniciativa privada, com participação societária de 49% da Infraero no capital social;
- Constituição da Infraero Serviços destinada a operar dentro e fora do território nacional.

O cronograma previsto para andamento do processo de concessão dos aeroportos passará pelos seguintes estágios: até o mês de abril serão realizados os estudos de viabilidade, de maio a julho submissão dos estudos preliminares técnicos, econômicos e ambientais ao Tribunal de Contas da União – TCU, em agosto elaboração do edital, consulta e audiência pública, e finalmente em setembro a realização do leilão e assinatura dos contratos.

**Navegação Aérea**

Com a publicação da Portaria nº. 1.340/GC5, de 27/12/2012, foi revogado o reajuste das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação – TAT APP e na Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo – TAT ADR, previsto na Portaria nº. 2/GC5 para 2013.

Brasília (DF), 25 de fevereiro de 2013.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente  
**GUILHERME WALDER MORA RAMALHO**  
CONSELHEIROS

**ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE**    **CLEVERSON AROEIRA DA SILVA**  
**MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES**    **LICINIO VELASCO JUNIOR**  
**CELIO ALBERTO BARROS DE LIMA**

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: **FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES**  
Membro: **SERGIO CRUZ**  
Membro: **LILIAN MARIA CORDEIRO**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE**  
Presidente

**JOSÉ ANTONIO EIRADO NETO**    **JOÃO MÁRCIO JORDÃO**  
Diretor de Administração    Diretor de Operações  
**GERALDO MOREIRA NEVES**    **JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE**  
Diretor Comercial    Diretor de Gestão de Empreendimentos  
**JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA**    **MAURO ROBERTO PACHECO DE LIMA**  
Diretor de Obras de Engenharia    Diretor Financeiro

**FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA**  
Diretor Jurídico

**KEYLA REGINA DA SILVA TORRES BOSCO MATIAS**  
Gerente de Contabilidade e Custos em Exercício  
CRC – DF 011546/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, em reunião realizada nesta data, de conformidade com os incisos II e VII, do art. 163 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976, considerando o Relatório Anual referente ao Exercício de 2012, composto pelo Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Interna e pela Independente e estando de acordo com a proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, entende que os referidos documentos retratam a situação patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2012, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília (DF), 08 de março de 2013

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

AOS  
DIRETORES E ACIONISTAS DA  
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO  
BRASÍLIA – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº 31, no exercício de 2012 foram investidos pela Infraero, à título de aporte de capital, R\$ 378.867 milhões nas Sociedades Propósito Específico (SPE) de Brasília, Guarulhos e Campinas, correspondendo a 49% do capital social. Devido aos prazos estabelecidos pelo Governo Federal para o encerramento das demonstrações financeiras, tais investimentos foram avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), com a utilização dos balancetes das Concessionárias relativos ao período de novembro, conforme faculta a Lei nº 6.404/76 em seu artigo 248, inciso I. Ainda conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as demonstrações financeiras das Sociedades de Propósito Específicos (SPEs) deverão, no prazo de 120 dias contados do encerramento do exercício, serem devidamente auditadas pelas empresas de auditoria independente.

Considerando o descrito no parágrafo acima, além do fato de que as informações contábeis das Sociedades de Propósito Específicos (SPEs) não foram por nós auditadas e nem por seus respectivos auditores independentes, não nos foi possível determinar a adequação dos valores que serviram de base para o cálculo da Equivalência Patrimonial.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, o resultado abrangente e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os recursos provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – ATAERO, destinam-se à aplicação em melhoramentos, reaparelhamento, reforma, expansão e depreciação de instalações aeroportuárias, criado pela Lei nº 7.920, de 12/12/1989, sofreu alteração em 17/5/2012, com a publicação da Lei nº 12.648, passando a constituir receita do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Sendo assim, em 2012, todo o valor arrecadado pela INFRAERO relativo ao ATAERO, foi repassado para o FNAC. Já o recurso remanescente, antes da alteração da Lei, foi investido em sua totalidade. Ressalta-se que tais recursos não compõem o resultado da Empresa, sendo registrados no passivo, como obrigação. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a INFRAERO não recolhe aos Municípios onde administra aeroportos, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS por prestar em nome da União um serviço público federal; também não

recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pertinentes aos sítios aeroportuários, por se constituírem propriedades da União Federal.

A tese de imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores renomados, consoante consultas realizadas pela INFRAERO, e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância de diversos Estados brasileiros. Considerando que a discussão da imunidade tributária da INFRAERO vem se firmando positivamente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Diretoria Executiva decidiu por não realizar provisões de possíveis perdas nas ações fiscais. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme na nota mencionada na nota explicativa nº 17, letra “e” e nota explicativa nº 21, letra “c”, a INFRAERO oferece aos empregados ativos e inativos o Programa de Assistência Médica da INFRAERO – PAMI, que se constitui em um benefício concedido pela empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela INFRAERO, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela INFRAERO, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação sempre que utilizarem os serviços variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial. Objetivando calcular a obrigação com assistência médica pós-emprego, a Infraero contratou a consultoria Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuarial, que apresentou em relatório atuarial, o valor presente das obrigações com a assistência médica de R\$ 1.100.699 mil. Deste montante R\$ 967.346 mil representam benefícios a conceder e R\$ 133.353 mil benefícios concedidos, que por se tratar de remensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, foi reconhecido em 2012, como outros resultados abrangentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 22, o ativo e passivo compensado da INFRAERO são representados pelos grupos Equipamentos da União, Garantias Caucionárias de Terceiros e Almoarifados da União, que encontra-se evidenciado na nota específica do Almoarifado (Nota Explicativa nº 9). Em decorrência do processo de Concessão dos Aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, os bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade da União existentes nestes aeroportos e, os bens móveis de propriedade da INFRAERO considerados necessários para a execução e manutenção das atividades aeroportuárias, foram entregues às Concessionárias por meio da assinatura do Termo de Aceitação Definitiva, conforme previsto no Edital de Leilão desses aeroportos. Foram entregues bens móveis e imóveis cujo valor líquido totalizou R\$ 2.763 mil, sendo R\$ 2.699 mil relativo a bens móveis e imóveis de propriedade da União e R\$ 64 mil de bens móveis de propriedade Infraero. Os bens entregues às concessionárias tiveram os seus registros transferidos para Sede, estando registrados em conta de compensação específica. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, em dezembro de 2012, o Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos, o qual tem como objetivo melhorar a infraestrutura aeroportuária ampliando a oferta de transporte aéreo brasileiro e, além disso, reconstruir a rede de aviação regional através de investimentos e parcerias firmadas entre estados, municípios e a Infraero. Dentre as medidas adotadas para a implantação do Programa estão: i) Concessão dos aeroportos do Galeão e Confins à iniciativa privada, com participação societária de 49% da INFRAERO no capital social; e ii) Constituição da Infraero Serviços destinada a operar dentro e fora do território nacional. O cronograma previsto para andamento do processo de concessão dos aeroportos passará pelos seguintes estágios: até o mês de abril serão realizados os estudos de viabilidade, de maio a julho submissão dos estudos preliminares técnicos, econômicos e ambientais ao Tribunal de Contas da União (TCU), em agosto elaboração do edital, consulta e audiência pública, e finalmente em setembro a realização do leilão e assinatura dos contratos. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 25 de fevereiro de 2013.

UHY MOREIRA - AUDITORES  
CRC RS 3717 S DF  
HERALDO S.S. DE BARCELLOS  
Contador CRC RS 11609 S DF  
CNAI Nº 43  
Responsável Técnico

ELIANE TÂNIA RESMINI  
Contadora CRC RS 59765 S DF  
CNAI Nº 1126  
Auditora

